

Jornal do Psicólogo

CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

ano 27 ■ número 99 ■ novembro de 2012 a janeiro de 2013

Participe do VIII Congresso Regional da Psicologia

VIII CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA

Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos

Confira a programação completa
www.crpmg.com.br
PARTICIPE!

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS

O exercício da democracia na construção coletiva da profissão

O FEMININO

Imagens midiáticas e a subjetividade das mulheres. • PÁG. 3.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Práticas e desafios da gestão de pessoas. • PÁG. 4.

ARTIGO

As práticas da Psicologia no SUAS. • PÁG. 5.

RETROSPECTIVA 2012

CRP-MG em 2012. • PÁGS. 6 e 7.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Autismo nas políticas públicas. • PÁG. 9.

EDITORIAL

É momento de avaliação! O Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais conclui o ano de 2012 realizando um balanço das inúmeras atividades concretizadas nos mais diversos espaços que tem ocupado. No ano em que a Psicologia completou 50 anos como profissão, todos pudemos comemorar os avanços alcançados, bem como vislumbrar os pontos que ainda temos para avançar. Avaliar é colocar à vista tudo aquilo que foi possível executar, no intuito de seguir traçando ações que busquem sustentar a excelência da profissão de Psicologia, no que temos como ação precípua: orientar e fiscalizar.

Em todas as regiões de Minas Gerais, o Conselho Regional de Psicologia pôde estar presente em diversos eventos pensados para vários temas que são de interesse da classe, dentre eles, saúde mental; violência contra crianças, mulheres e idosos; Ato Médico; trabalho infantil; medicalização; SUS e SUAS e todos os dispositivos que

compõem estas políticas; álcool e outras drogas; depoimento especial; emergências e desastres; mobilidade urbana e humana; trabalho; avaliação psicológica; mulheres, dentre tantos outros temas fundamentais, nos quais a psicóloga e o psicólogo se fazem atuantes.

A edição 99, que marca o retorno da periodicidade do *Jornal do Psicólogo*, traz um artigo sobre a Medicalização da Vida e da Sociedade, em que temos informações sobre a medicalização na sociedade contemporânea e as atividades de um Fórum bem atuante. A inserção do autismo como deficiência, mediante uma lei recém promulgada, suscitou a produção de uma matéria sobre o tema Autismo e Políticas Públicas. A imagem da mulher na mídia e a pesquisa sobre o perfil das psicólogas brasileiras surgem como temas relevantes para a categoria, que tem sua maioria formada por mulheres. A Psicologia Organizacional entra em destaque com uma discussão sobre os

profissionais que atuam nessa área e as questões concernentes ao tema. A Privatização da Saúde é um dos assuntos pautados nessa edição, em que salientamos os riscos das parcerias público-privadas e como a Psicologia é afetada nesse contexto. Por fim, a chegada do VIII COREP tem seu tema e eixos divulgados na expectativa de uma boa preparação para o Congresso Nacional da Psicologia (CNP), que se aproxima.

Desse modo, finalizamos este editorial na certeza de que o ano que se segue será marcado pela convocação de todas as psicólogas e psicólogos a retomar os rumos da Psicologia, uma vez que teremos o CNP e as eleições regionais e federal. A importância desses eventos faz com que o XIII Plenário se volte para todos os psicólogos de Minas Gerais, desejando um bom 2013, pois o ano demandará retidão e compromisso com a nossa classe.

XIII Plenário

Psicólogas(os) que vivenciaram a ditadura militar

Se você teve alguma experiência relacionada à ditadura, seja como sobrevivente, parente, no atendimento de pessoas que sofreram violações ou possui documentos sobre esse período, compartilhe com a Comissão de Direitos Humanos do CRP-MG. Entre no site do Conselho e saiba como compartilhar seu depoimento conosco.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS (CRP-MG)

SEDE

R. Timbiras, 1532, 6º andar • Lourdes
CEP: 30140-061 • Belo Horizonte/MG
Tel: (31) 2138.6767 / Fax: (31) 2138.6763
E-mail: crp04@crp04.org.br
Site: www.crpmg.org.br

SUBSEDES

Triângulo Mineiro • Uberlândia
Telefone: (34) 3235.6765
E-mail: uberlandia@crp04.org.br

Sudeste • Juiz de Fora

Telefone: (32) 3215.9014
E-mail: sudeste@crp04.org.br

Sul • Pouso Alegre

Telefone: (35) 3423.8382
E-mail: sul@crp04.org.br

Norte • Montes Claros

Telefone: (38) 3221.7720
E-mail: norte@crp04.org.br

Leste • Governador Valadares

Telefone: (33) 3225.0475
E-mail: leste@crp04.org.br

JORNAL DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)
XIII Plenário (Gestão 2010 – 2013)

Diretoria:

Conselheira presidente:

Marta Elizabete de Souza

Conselheiro vice-presidente:

Ricardo Figueiredo Moretzsohn

Conselheira tesoureira:

Lourdes Aparecida Machado

Conselheira secretária:

Marisa Estela Sanabria Tejera

Conselheiros:

Alcina Mendes Brito

André Amorim Martins

Anna Christina da Cunha Martins

Pinheiro

Amaury Costa Inácio da Silva

Ataualpa Maciel Sampaio

Carlos Roberto Sicoli

Celso Renato Silva

Cristiane Saúde Barreto Napoli

Elizabeth de Lacerda Barbosa

Jacques Ackerman

Junia Maria Campos Lara

Márcia Maria Rodrigues Ribeiro

Marcus Macedo da Silva

Maria da Conceição Novaes Caldas

Maria de Fátima Lobo Boschi

Maria Teresa Antunes Albergaria

Milton dos Santos Bicalho

Paula Ângela de Figueiredo de Paula

Renata Ferreira Jardim de Miranda

Ricardo Ribeiro de Oliveira Resende

Rita Maria Auxiliadora Mendes

Robson José da Silva Campos

Tiago Humberto Rodrigues Rocha

Vera Luiza Bartels Fernandes

Edição Gráfica:

Gíria Design e Comunicação

Tel/fax: (31) 3222.1829

contato@giria.com.br

Jornalista Responsável:

Livia Bacelete - MG 11.119 JP

E-mail: ascom@crp04.org.br

Reportagem:

Isadora Marques, Jéssica

Almeida e Livia Bacelete

Relações Públicas:

Nathalia Monteiro • CRPRP 3ª

Região - 2154

E-mail: rp@crp04.org.br

Comissão Editorial:

Celso Renato Silva

Jacques Ackerman

Ricardo Figueiredo Moretzsohn

Estagiários:

Ana Livia Almeida Houri

Isadora Marques

Lindsteicy Nardelly da Silva Soares

E-mail: comunica2@crp04.org.br

Gráfica: Rona

Tiragem: 30 mil exemplares

BOLETINS ELETRÔNICOS DO CRP-MG

Para receber o Boletim Institucional e o Informe CRP-MG em seu e-mail, envie uma solicitação para ascom@crp04.org.br. As notícias também podem ser acessadas diretamente em nosso site www.crpmg.org.br

O FEMININO

Imagens midiáticas e a subjetividade das mulheres

Como se sente a população feminina em relação às imagens de mulheres veiculadas nos meios de comunicação de massa? Quais são as consequências dessas imagens para a sua subjetividade? Na era do espetáculo, essas questões estão colocadas e ocupam lugar importante na vida das mulheres. Entretanto, este debate, muitas vezes, é visto como periférico em defesa de uma suposta liberdade de expressão.

De acordo com a pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em agosto de 2010, quatro em cada cinco mulheres consideram ruim que a televisão sempre veicule programas com mulheres dançando com roupas curtas e mostrando o corpo. Das 2.365 entrevistadas em todas as macrorregiões brasileiras, 51% avaliam a questão de forma ruim, sobretudo, por acreditarem que isso dá muita atenção só para o corpo e desvaloriza as mulheres.

Mas quem é a mulher retratada pelos meios de comunicação brasileiros? Para a jornalista e membra do coletivo Intervenções e da rede Mulher e Mídia, Bia Barbosa, a discussão pode ser dividida em dois eixos. Por um lado, tem-se a invisibilidade da diversidade das mulheres e por outro não se problematiza as desigualdades e as questões vividas por elas.

Bia cita o caso das mulheres homossexuais, que não se veem representadas na publicidade ou no jornalismo, com exceção de alguns casais em novelas. “É a mesma coisa das mulheres negras, quase que elas só aparecem como domésticas ou dançarinas de funk”. Ela afirma que quando os meios de comunicação não questionam as desigualdades, contribuem para legitimá-las e mantê-las.

PUBLICIDADE E SEXUALIDADE

Exemplos de invisibilidade da diversidade e das desigualdades são inúmeros. Para a jornalista e pesquisadora Rayza Sarmiento, a mídia não é uma instituição descolada do social. “Ela não cria as coisas à toa, a mídia está totalmente imersa nesse mundo machista e patriarcal em que vivemos”. Sarmiento esclarece que os meios de comunicação de massa cumprem um papel mais de reforçar do que de criar, ocupando lugar importante na construção e desconstrução de preconceitos contra a mulher.

Ela destaca que os estudos sobre

mulher e mídia, tanto nas Ciências Políticas, quanto na Comunicação Social, apontam para dois parâmetros: ou as mulheres são extremamente sexualizadas ou são colocadas em rotinas maritais e domésticas, geralmente, são mulheres e mães. “Nunca é a dimensão da mulher politizada, preocupada com outras questões senão a do cuidado”.

A imagem erotizada e explorada, principalmente, pela publicidade tem mais impacto na mulher do que no homem, garante a psicóloga, conselheira do CRP-MG e coordenadora do Grupo de Trabalho “O Feminino: Questão de Diferença”, Marisa Sanabria. Ela afirma que esta imagem determina um paradigma de exclusão, uma vez que aquelas que não entram em determinados padrões se sentem excluídas. “Essa cultura da imagem nos traz a ideia de que qualquer mulher pode e tem a obrigação de ser bonita, mas dentro de padrões da beleza branca, loira, jovem, sarada e siliconada”. Marisa observa que em nossa sociedade a ideia de ser bela se tornou um dever moral, já não sendo uma falta estética, mas sim ética.

Para ela, essa exigência cria questões sérias na subjetividade das mulheres, como a culpa e a vergonha. “A subjetividade de se torna restrita, controlada, sem a menor possibilidade do exercício de escolhas próprias e de liberdades. A grande questão da imagem é que, à medida que a potencializamos, despotencializamos a capacidade de escolha do sujeito”, explica.

A associação feita pela publicidade do corpo da mulher a uma erotização permanente é criticada por Sanabria, pois exige que este corpo seja à prova de falhas, do envelhecimento e do cansaço. Ao congelar o corpo e negar o envelhecimento, essa lógica congela também a subjetividade para o amadurecimento e as transformações que estão por vir. Marisa acredita que a Psicologia tem o dever e a necessidade de olhar com atenção para uma estética mais ampla, aberta e múltipla.



Crédito: Nathalia Monteiro

Montagem de propagandas que utilizam a imagem da mulher na publicidade

SOCIEDADE ORGANIZADA

Apesar dos diversos desafios relativos às representações midiáticas das mulheres, alguns avanços são percebidos neste cenário. Bia Barbosa lembra que as organizações feministas e de mulheres organizadas aumentaram suas produções em comunicação nos últimos anos. “Com o barateamento dos equipamentos e o avanço da internet, as mulheres puderam ocupar os meios de comunicação, seja nas redes sociais, nos blogs ou em seus próprios sites”. Ela destaca a importância da produção de informação e conteúdo para a disputa de ideias.

Outro avanço apontado por Bia é a percepção de que não adianta criticar as abordagens da mulher na publicidade ou no jornalismo, mas é preciso enfrentar essa conjuntura de forma sistêmica. Diante disso, a sociedade civil tem se organizado para reivindicar a regulamentação e democratização dos meios de comunicação no Brasil. No final de 2012, o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, junto a dezenas de entidades da sociedade civil, entre elas, o Conselho Federal e Regional de Psicologia – Minas Gerais, lançou a Campanha “Para Expressar a Liberdade – Uma nova Lei para um novo tempo”. A Campanha aposta na elaboração de uma nova lei geral das comunicações que regulamente o funcionamento dos rádios e televisões do Brasil e afirme a diversidade e a pluralidade.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Práticas e desafios da gestão de pessoas

Acompanhando as modificações nas relações do indivíduo com o trabalho, a psicologia organizacional e do trabalho tem, hoje, um formato bem distinto do que tinha no fim do século XIX, quando surgiu. Esta área de atuação, que já esteve mais focada na seleção e administração de pessoal – sobretudo por meio de testes psicológicos, está agora integrada a um entendimento mais abrangente, de preocupação estratégica com o desenvolvimento e, conseqüentemente, com o melhor aproveitamento dos potenciais do indivíduo no trabalho.

Mais do que estar apenas encarregado do recrutamento e seleção do pessoal, o psicólogo organizacional e de trabalho tem condições de ampliar sua atuação e contribuir também para o desenvolvimento dos indivíduos. Isso implica planejamento de carreira, orientação de função, avaliações do desempenho e projeção do indivíduo dentro do planejamento estratégico da organização.

Há alguns anos, pessoas interessadas nessa perspectiva vêm formando grupos autônomos de discussão e troca de experiências sobre o assunto. Rosa Ricoi, psicóloga consultora organizacional e professora da Universidade FUMEC, faz parte do ASERT (Acompanhamento, Seleção, Recrutamento), grupo composto por profissionais de recursos humanos, que se reúne mensalmente, em Belo Horizonte, há mais de 27 anos. “Discutimos as questões relevantes relacionadas ao assunto, levamos para dentro do grupo o conhecimento que adquirimos fora dele, estudamos temas da atualidade e trazemos palestrantes, que possam nos apresentar estudos relacionados às nossas temáticas de interesse”, diz.

Os integrantes do ASERT também compartilham o que cada um está fazendo em seu âmbito de trabalho, além de informações sobre vagas ou projetos interessantes nas organizações em que estão e em que prestam consultoria consultorias. Grupos como este representam uma forma de auto-organização de psicólogos, cujo objetivo é trocar experiências em torno da gestão de pessoas. Normalmente, existe um estatuto e um regimento para controlar a entrada e a saída dos integrantes. Isso é feito, em geral, por meio de um sistema de indicação e avaliação de currículos, para que sejam mantidas as diretrizes principais.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Uma das atribuições mais importantes dos psicólogos dentro das organizações

é a transformação das normas em valores, tanto na consciência dos gestores, quanto na dos funcionários. O investimento na saúde e segurança do trabalhador, por exemplo, começa muitas vezes como uma imposição externa, determinada por lei. O psicólogo fica responsável pela discussão, aprimoramento e assimilação das normas e valores organizacionais, constituindo-se como vetor de construção do protagonismo do trabalhador na sua relação com o trabalho.

Para Ricoi, as várias mudanças vividas nas práticas relacionadas ao trabalho, principalmente a partir da década de 90, trouxeram consigo essa sensibilização das empresas e gestores para o cuidado

ao estado do sofrimento não só deixa de produzir, como começa a ter outras áreas da sua vida comprometidas”, afirma.

Outro ponto de destaque na atuação dos psicólogos organizacionais e do trabalho tem a ver com as políticas inclusivas, como a Lei 8.213, relacionada a pessoas com deficiência. “As empresas buscam selecionar quem tenha uma ‘deficiência mais leve’, uma expressão muito comum dentro das organizações”, ressalta Elizabeth. Para ela, esse critério é equivocado. O desafio é fazer com que as pessoas sejam avaliadas de acordo com seus potenciais de contribuição, já que todos possuem habilidades e potenciais que os tornam



Crédito: Antônio Mourão

Integrantes do ASERT se encontram para comemorar o aniversário de 25 anos do grupo

com o indivíduo. Ela explica que, hoje, existe a consciência de que, se as pessoas não estiverem motivadas, elas não vão se comprometer. “A própria empresa precisa primar pela saúde física e mental dos seus trabalhadores para ser competitiva, já que quando um deles se afasta, isso gera custos diversos”, afirma. Segundo a consultora, em virtude disso, há uma abertura maior para o psicólogo organizacional.

O bem-estar no trabalho, sob a perspectiva da psicologia organizacional, é um aspecto fundamental. Segundo Elizabeth Lacerda, psicodramatista didata supervisora da regional Juiz de Fora da SOBRAP (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Dinâmica de Grupo e Psicodrama), o trabalho não deve ser fonte de sofrimento. “As pessoas devem buscar sentir prazer naquilo que fazem, porque a questão do desprazer pode se tornar sofrimento com o tempo. E quem chega

mais produtivos em algumas tarefas e menos em outras. “Também é assim com a pessoa com deficiência, que precisa de uma atenção diferenciada sim, porém isso não quer dizer que ela seja improdutiva ou incapaz. É esse o conceito que precisa mudar”, explica.

Conseguir o alinhamento entre o psicólogo e a gestão é outro desafio para os profissionais dessa área. De acordo com Rosa Ricoi, o ideal é equilibrar os interesses das organizações e dos trabalhadores. “Em tempos de muita pressão e competitividade, estamos vivendo um momento que é difícil para todo mundo. Nosso principal compromisso é cumprir o papel de promotores de bem-estar, mas não podemos fugir de um dos objetivos pelo qual fomos contratados, que também é gerar resultados para a organização”, conclui.

ARTIGO

As práticas da Psicologia no SUAS

Estamos em meio a uma temática muito rica na relação entre a Psicologia e o SUAS, que nos apresenta alguns desafios no tocante à inserção dos profissionais nesta política pública. A natureza e o objetivo geral do trabalho, no campo da assistência social, colocam para seus operadores a função de produzir o empoderamento cidadão de pessoas, famílias e comunidades em situações de vulnerabilidade e risco, visando à sua superação. Na fronteira com a pobreza e com a violência e na necessidade de articulação com outras políticas públicas, devemos, de início, considerar que o trabalho na assistência social requer do psicólogo a produção de intervenções complexas, já que se dirigem a um objeto necessariamente complexo, uma vez que multideterminado.

As políticas públicas remetem a um recorte, ao campo específico do “como viver juntos” e pressupõem um universal conectado e indissociável ao campo dos direitos de cidadania, entendida aqui como gestão do que, na lei, é antecipadamente considerado como necessário (GARCIA, 2009). A Psicologia, que se interessa pelo que não se ajusta ao “para todos”, que acolhe situações que envolvem as dimensões da cidadania e do desejo, entra neste cenário visando à construção de uma referência, uma saída, uma estratégia para os sujeitos (indivíduos e famílias), que se encontram do lado de fora do acesso aos direitos ou que resistem à ordenação universal ao preço do seu próprio sofrimento.

Uma primeira questão ética aparece: como tratar a dimensão de responsabilidade dos sujeitos envolvidos nas situações de vulnerabilidade ou de risco? No modelo neoliberal de subjetividade, cada um cuidaria sozinho da sua carga e ao Estado caberia propiciar as condições necessárias para que o mercado de consumo funcione sem sobresaltos. Não é a vertente que nos interessa...

Já um Estado, que visa ao bem comum, deve se orientar pela referência da equidade, na medida em que a desigualdade deve ser combatida a partir do desenvolvimento de estratégias que considerem que os desiguais devem ser tratados de forma desigual. Aqui encontramos nossa orientação!

Uma das vertentes éticas da Política de Assistência Social visa combater o

assistencialismo, que pode ser definido aqui como uma espécie de sensibilidade, até mesmo, solidariedade daqueles que pretendem ajudar, pois sabem antecipadamente do que o usuário precisa, uma vez que o assistencialista sustenta-se em valores, por ele, considerados universais e, até mesmo, naturais. O saber do assistencialista pode ser traduzido como uma missão que busca preencher a ignorância e corrigir o desvio moral do usuário pela oferta de objetos e informações que, supostamente, lhe faltam.

A este ponto que é o combate às práticas assistencialistas, devemos também incluir o combate ao psicologismo que, da mesma forma que o assistencialismo, significa um saber antecipado, porém patologizante sobre o sofrimento e exclui o sujeito, reduzindo-o à condição de doente porque portador de um desvio da normalidade.

Podemos considerar então, que nessa política é preciso dar outra dimensão à nossa intervenção que deve ser sustentada por um paradigma nomeado como psicossocial. Este termo não é sem consequências. Quando apresentamos o termo paradigma é para indicar um ordenador poderoso, que envolve o pacto de uma comunidade em que há um ponto de amarração das suas práticas, reflexões e análises, orientadas e, ao mesmo tempo, limitadas por um determinado conjunto de crenças e visões de mundo que produzem o contorno sobre o real do qual se trata. Nesse sentido, nossa comunidade, a dos operadores, gestores e formadores da política de assistência social, está orientada pelo paradigma psicossocial, que se apresenta como ponto de intersecção, de atravessamento, de indissociabilidade das dimensões individual e coletiva da vida. Esta junção tem encarnado um problema: qual a dose de um e de outro? Há como estabelecer uma preeminência de um sobre o outro? O social determina? É possível pensar o indivíduo fora do seu campo? As práticas possíveis se concentram, portanto, neste espaço entre o “para todos” e o “pelo menos um”, que não se encaixa na oferta para todos.

Neste sentido, no plano ético-teórico da Psicologia a questão sobre se há um único ponto de determinação na estrutura da subjetividade pode ser considerada superada. Afirmamos que há uma perspectiva redu-

cionista na prática daqueles que vão considerar a história do indivíduo circunscrita apenas à dimensão intrapsíquica e isolada da sua inserção sociofamiliar. A transmissão de uma cultura se constitui no olhar, na linguagem, nas manipulações sobre o corpo, na voz e na apresentação dos objetos que o outro, orientado pelo Outro Social, dispõe para acolher o que interpreta sobre as necessidades e demandas do sujeito de quem se encarrega. Neste circuito, vão se estabelecendo as matrizes, os modos de satisfação e as letras do que, para o sujeito, vão engendrar sua existência e produzir as bordas da sua condição singular.

Portanto, um ponto a desconstruir é a concepção de que o psicológico se dirige ao individual e o social ao coletivo.

Nesse sentido, a discussão central não parece ser sobre se o psicólogo pode ou não realizar, no âmbito do SUAS, a psicoterapia ou as terapias de modo geral. Sabemos, inclusive, que a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), na descrição do PAIF, afirma que “as ações do PAIF não devem ter caráter terapêutico” (BRASIL, 2009). Esta frase carece de mais explicações e mesmo de melhor definição conceitual. Há uma infinidade de dispositivos dirigidos ao sofrimento que podem ser tomados nesta dimensão terapêutica, pois produzem alívio. O terapêutico é, portanto, uma palavra muito imprecisa, que deve ser repensada. Será necessário dar maior clareza ao caráter do que não deve ser feito no âmbito da proteção social. Para iniciar o debate, propõe-se que as práticas já consolidadas da clínica ampliada e da clínica do social, na vertente sócio-histórica, sejam consideradas e as intervenções sustentadas pelo “psicologismo” vedadas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. 2010
GARCIA, Célio. *Estamira, novas formas de existência*. Belo Horizonte: Ophicina, 2011

Jacques Akerman (CRP-04/5482) é professor da Universidade FUMEC e psicólogo do SUAS/Betim.

RETROSPECTIVA 2012

CRP-MG em 2012

Para o CRP-MG, 2012 foi um ano de intensa atividade. No ano em que a profissão completou 50 anos de regulamentação no Brasil, o Conselho realizou diversas ações para celebrar a data, além de participar de frentes de lutas importantes para a categoria.

Psicologia 30 horas - Em meio à tramitação do Projeto de Lei nº 3.338/08, que visa fixar a carga horária de trabalho do psicólogo em 30 horas semanais, o CRP-MG organizou a Caravana 30 horas, junto ao Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais (PSINDMG). A Caravana participou, em Brasília, da aprovação, por unanimidade, do Projeto de Lei (PL) pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, em julho de 2012. Em outubro, o PL 30 horas foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CT-ASP), da Câmara dos Deputados, seguindo para análise da Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após essa apreciação, ele será encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJC). Assim que for aprovado em todas as comissões e pelo Plenário, caso seja necessária a votação, o PL seguirá para sanção da presidente Dilma Rousseff.

Ato Médico - Outra frente em que o Conselho tem participado ativamente é a luta contra a aprovação do Projeto de Lei 268/02, conhecido como Ato Médico, que regulamenta o exercício da medicina. O Conselho compõe a Frente Mineira em Defesa da Saúde e, junto a outros conselhos, sindicatos e movimentos sociais, tem se colocado contra o Projeto de Lei, que restringe a atuação dos outros profissionais da área e cria uma hierarquização em detrimento da multidisciplinaridade consagrada pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Em maio de 2012, a Frente Mineira organizou a Caravana do Ato Médico para participar de uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, junto a outras 3 mil pessoas, reivindicando a alteração da atual redação do PL. Em tramitação há dez anos no Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Ato Médico foi aprovado em diversas comissões no Senado Federal, em 2012, e deverá ser apreciado pelo plenário, em 2013, último passo antes da sanção presidencial.

Medicalização - No debate da medicalização, o CRP-MG tem fomentado a discussão e a constituição de Núcleos Regionais no estado, em articulação com o Fórum

públicas com participação popular e condenando os abusos e violações dos direitos humanos dos usuários de drogas. O CRP-MG reivindica que sejam adotados os princípios da Luta Antimanicomial e da Redução de Danos, referências na reforma psiquiátrica brasileira, se colocando contra a inclusão das comunidades terapêuticas e afins na rede de serviços do SUS.

Em fevereiro de 2012, durante a 1ª Reunião do GT sobre Álcool e Outras Drogas, em Belo Horizonte, foi constituída a Frente Mineira de Entidades pela Cidadania, Dignidade e Direitos Humanos na Política Nacional sobre Drogas (FMDDH). O Conselho, jun-



CRP-MG, em parceria com o CERSAMI Betim – CAPSI, realiza I Seminário Autismo e Políticas Públicas, em Betim

Crédito: Livia Bacelete

Nacional sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (FNMES). A formação desses núcleos já vem acontecendo na região Leste, Sudeste e no Triângulo Mineiro.

Álcool e outras drogas - No campo das políticas de álcool e outras drogas, o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais vem se posicionando em defesa da ampliação do SUS, do SUAS e de todas as políticas

para a outras organizações, compõe a coordenação da Frente, que vem construindo estratégias e ações para a garantia da cidadania e direitos humanos nas políticas sobre as drogas. Outra atividade sobre o tema foi o “I Encontro Regional Sobre Drogas, Cidadania e Direitos Humanos: Isso é Redução de Danos”, que aconteceu em setembro, em Uberlândia, em parceria com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

A presidente do CRP-MG, Marta Elizabeth, afirma que, na atuação profissional do psicólogo, são muitas as causas para se discutir, apoiar e qualificar. Ela destaca que o real avanço da Psicologia, em 2012, foi demonstrar, para a própria categoria e para a sociedade, a diversidade do campo de atuação do psicólogo e as suas contribuições sociais. “Não podemos esquecer que os psicólogos, com a sua atuação, influenciam a vida das pessoas e precisamos, por isso, ter o compromisso ético, técnico e político de construir uma sociedade efetivamente democrática”, afirma.



Caravana mineira participa de manifestação, em Brasília, contra a aprovação do PL do Ato Médico

Crédito: Álvaro Castro

RETROSPECTIVA 2012



Crédito: Naum Produtora

Grupo de percussão Batuque Salubre anima as comemorações do Dia do Psicólogo, em Belo Horizonte

ATIVIDADES E PESQUISAS

O ano de 2012 também foi momento de a profissão voltar o olhar para si e conhecer quem são os profissionais que a compõem. A pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) - Profissão e Gênero no Exercício da Psicologia no Brasil, a qual contou com o apoio do CRP-MG, mostrou que dos 216 mil psicólogos em atividade no Brasil, 89% são mulheres. A pesquisa, que concluiu sua primeira etapa, ajudará a traçar um perfil mais realista das psicólogas brasileiras.

Abordando temáticas diversas, no que tange à atuação do psicólogo, outras pesquisas foram realizadas pelo Crepop (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas) durante o ano, entre elas: Atuação do Psicólogo na Política Nacional para a População em Situação de Rua; na Política Nacional do Idoso; na Política de Segurança Pública; em políticas de diversidade sexual e promoção da cidadania LGBTT.

Em relação às atividades, destacamos o “Encontro Estadual dos Assistentes Sociais e Psicólogos Judiciais de Minas Gerais”, realizado em parceria com o CRESS-MG, (Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais), em junho de 2012, em Belo Horizonte. Além desta, também tiveram destaque as atividades sobre Psicologia em emergências e desastres, entre elas, as oficinas “Orientação em Situação de Emergência e Desastres”, realizadas em janeiro, em Congonhas e Belo Horizonte, e o “II Seminário Regional de Psicologia em Emergências e Desastres: Refletindo práticas, perspectivas e desafios”, que aconteceu em abril, em Belo Horizonte.

Durante o ano que se encerrou, o CRP-MG promoveu seminários e debates sobre temas do interesse da categoria, como

“Seminário Regional Psicologia do Trânsito em Trânsito no Brasil”, realizado em julho, em Belo Horizonte; o “I Seminário Regional dos Trabalhadores do SUAS”, que aconteceu em julho, em Pouso Alegre; o “Seminário O trabalho como instrumento de transformação social da pessoa com deficiência”, em setembro, em Belo Horizonte; e o “I Seminário Autismo e Políticas Públicas”, em novembro, em Betim.

50 ANOS DA PSICOLOGIA

O ano de 2012 teve um sentido especial graças às comemorações dos 50 anos de regulamentação profissional no Brasil. Desde a publicação da Lei nº 4.119, que regulamenta a profissão do psicólogo, em 27 de agosto de 1962 - data em que se comemora o Dia do Psicólogo – foram muitas as conquistas, avanços democráticos, ações e inserções da atividade nas políticas públicas, cursos de extensão e pós-graduações.



Crédito: Lívia Bacelete

CRP-MG é homenageado em Reunião Especial, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pelas conquistas da profissão nos 50 anos de regulamentação

Minas Gerais celebrou a data com o lema “Psicologia: 50 anos construindo a profissão no país da diversidade”, realizando atividades em todo o estado. Entre elas, destaca-se a I Exposição de Práticas em Psicologia no Norte de Minas, que aconteceu em Montes Claros, reunindo 520 pessoas. Em Belo Horizonte, mais de 4 mil pessoas estiveram presentes na II Mostra Mineira de Práticas em Psicologia, realizada dia 29 de agosto, no Minascentro.

No Dia do Psicólogo, o CRP-MG presenteou a capital mineira com uma noite cultural na Praça da Liberdade, que contou com apresentação do grupo de percussão Batuque Salubre e do Grupo Galpão Cine Horto, encenando o espetáculo teatral “O santo e a porca”, texto de Ariano Suassuna. As comemorações ainda contaram com uma solenidade no auditório da Faculdade de Direito da UFMG, como também a exposição itinerante “Psicologia: 50 anos de Profissão no Brasil”, que ficou vários dias na rodoviária e no Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte.

A presidente do CRP-MG, Marta Elizabeth, acredita que as comemorações dos 50 anos da regulamentação profissional foram um momento importante para visibilizar o quanto o psicólogo pode contribuir para a transformação social no Brasil.

Em novembro, o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais foi homenageado em Reunião Especial, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O deputado Rogério Correia, requerente da reunião, parabenizou o Conselho pelo aperfeiçoamento da profissão, ao longo desses 50 anos, na construção da cidadania nas políticas públicas.

SISTEMA CONSELHOS

O exercício da democracia na construção coletiva da profissão

O ano de 2013 já se inicia com grande expectativa e responsabilidade para as psicólogas e psicólogos do Brasil. Ano de Congresso Nacional (CNP) e Regional de Psicologia (COREP) e de eleições para as próximas gestões dos Conselhos Federal e Regionais da profissão, o momento é de importantes definições para a categoria.

O CNP é uma das principais conquistas no exercício democrático da Psicologia, no qual são definidas, coletivamente, as diretrizes que serão implementadas pela próxima gestão dos Conselhos Federal e Regionais. Para que o Congresso Nacional aconteça é preciso que todos os Conselhos Regionais também realizem seus Congressos, definindo teses e elegendo delegados que participarão do CNP.

Com o tema "Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos", o VIII Congresso Nacional acontecerá de 30 de maio a 2 de junho de 2013 com os seguintes eixos: democratização do Sistema Conselhos e ampliação das formas de interação com a categoria; contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho; ampliação da participa-

ção da Psicologia e sociedade nas políticas públicas.

Em Minas Gerais, o VIII Congresso Regional de Psicologia acontecerá de 26 a 28 de abril, antecedido pelos eventos preparatórios e pré-congressos. Nestas instâncias, todos os psicólogos e psicólogas inscritos e

adimplentes no CRP-MG poderão participar e contribuir para a construção de um projeto coletivo da profissão. Participe das etapas preparatórias para os Congressos Regionais e Nacional de Psicologia! Em breve, você receberá o cronograma das atividades.



VIII CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA

Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos

Confira a programação completa
www.crpmg.com.br
PARTICIPE!

50 anos

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS

Se você tem interesse pela questão da Medicalização da Educação e da Sociedade, entre em contato com algum integrante do Núcleo Mineiro em sua região:

Juiz de Fora

mluciamattos@gmail.com - Maria Lucia Vidal

Governador Valadares

marcus.macedo.psi@gmail.com - Marcus Macedo

Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

eliane.cordeiro@uniube.br - Eliane Cordeiro

Montes Claros

cesarota@yahoo.com.br - César Rota Júnior

Núcleo Mineiro de Medicalização

nucleomineiromedicalizacao@yahoo.com.br



Leia artigo sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade na página 11 desta edição.

Pesquisa revela os efeitos do feminino no exercício da Psicologia no Brasil

Que a Psicologia é uma profissão essencialmente feminina, muita gente já desconfiava. Mas agora temos os dados concretos para comprovar esta impressão: 89% da categoria é composta por mulheres. E essas psicólogas participam do orçamento familiar e conciliam o trabalho com os cuidados do lar e dos filhos. Em síntese, essas são algumas das informações da pesquisa Profissão e Gênero no Exercício da Psicologia no Brasil, cuja primeira etapa foi realizada de maio a junho de 2012. Foram entrevistados 1500 profissionais, entre homens e mulheres, revelando informações relevantes que ajudam a traçar um perfil mais realista das psicólogas brasileiras.

De acordo com o estudo, 31% das psicólogas entrevistadas contribuem com mais da metade de seus salários para as despesas domésticas, o que demonstra sua autonomia econômica. A pesquisa também destacou dados que podem ter consequências sobre a saúde dos profissionais: 57% das pessoas entrevistadas afirmam sentir-se cansadas ou muito

cansadas ao final da jornada de trabalho e 7% terminam o dia exaustas. No entanto, a proporção de mulheres que se dizem cansadas é maior do que a de homens. O perfil também indica que a Psicologia é uma profissão jovem: quase 47% dos profissionais têm entre 20 e 39 anos e possuem de quatro a oito anos de conclusão do curso. Além disso, 48% têm pelo menos um título de pós-graduação.

Essas constatações apontam para futuras ações do Conselho Federal de Psicologia, que devem ter foco nas psicólogas, o grupo majoritário, e considerar tais aspectos da realidade de vida destas profissionais. O próximo passo da pesquisa é analisar os dados coletados, a fim de encontrar as melhores maneiras de estabelecer uma visão compreensiva sobre a vida dos profissionais da Psicologia. A partir de agora, será iniciada a etapa qualitativa da pesquisa, que promoverá um diálogo presencial e online com psicólogos de todo o Brasil. Essa segunda etapa será finalizada em maio de 2013.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Autismo nas políticas públicas

Nos últimos anos, os diagnósticos do transtorno do espectro autista têm apresentado relevante crescimento no mundo. Embora este crescimento esteja em discussão, dados das Organizações das Nações Unidas indicam que mais de 70 milhões de pessoas no planeta têm autismo, o que afeta a maneira como esses indivíduos se comportam, se comunicam e interagem. No Brasil, não há estatísticas sobre a disfunção, apenas uma estimativa feita pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP, em 2007, quando o país tinha uma população de 190 milhões e havia, aproximadamente, um milhão de casos de autismo.

Apesar do elevado número de diagnósticos, as políticas públicas brasileiras não têm dado respostas suficientes às demandas desta parcela da população. Em Minas Gerais, os CAPSi (Centros de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil) são responsáveis pelo atendimento às crianças e adolescentes autistas, no entanto, existem apenas 15 Centros habilitados pelo Ministério da Saúde em todo o estado. De acordo com a coordenação estadual de Saúde Mental, nos municípios que não possuem CAPSi, os demais CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) podem fazer o atendimento dessas crianças e adolescentes, desde que estejam em acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Brasil, historicamente, coube às organizações de familiares o cuidado das pessoas com autismo. A psiquiatra e coordenadora de saúde mental infante-juvenil do Cersami Betim (Centro de Referência de Saúde Mental Infante-Juvenil), Bianca Lucindo Côrtes, explica que, atualmente, as políticas públicas para autistas estão mais direcionadas para crianças e adolescentes, ficando o público adulto, geralmente, relegado a instituições asilares ou em casa. Ela defende que a rede de saúde mental, tanto infante-juvenil, quanto adulta, seja responsável por atender às pessoas com autismo.

A psiquiatra e psicanalista Maria Helena Roscoe tem dois filhos com autismo e conhece bem as dificuldades das famílias para conseguir acompanhamento em uma unidade básica de saúde. Diretora técnica da Associação Brasileira de Autismo (ABRA) e presidente da Associação Amigos do Autista de Minas Gerais (AMA-MG), ela afirma que os pais encontram diversos obstáculos para conse-

guir um atendimento multiprofissional, com profissionais com um olhar voltado para as especificidades do autismo. Roscoe observa que, em muitas famílias carentes, as mães vivem um verdadeiro “cárcere privado”, deixando de trabalhar para cuidar dos filhos.

SAÚDE MENTAL X DEFICIÊNCIA

Tema polêmico entre psicólogos, familiares e demais profissionais da saúde envolvidos na atenção às pessoas com autismo é a inserção desta nas políticas públicas. No dia 27 de dezembro de 2012, o Projeto de Lei 1631/11, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, foi transformado na Lei Ordinária 12764/2012, criando a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Entre outras definições, a lei equipara, para todos os efeitos legais, os autistas às pessoas com deficiência.

Para muitos, a inclusão das pessoas com o distúrbio no campo da deficiência ampliará os direitos de autistas e seus familiares à atenção integral à saúde. Para outros, o transtorno não é uma deficiência, portanto, deveria estar inserido no campo da saúde mental, sendo da responsabilidade do Ministério da Saúde garantir tratamento digno em serviços substitutivos da rede de cuidados.

A psicóloga e pesquisadora da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e PNPD (Programa Nacional de Pós-Doutorado) da UFMG, Tânia Ferreira, acredita ser uma incoerência manter o autismo no campo da deficiência para usufruto de direitos, e não porque ele seja concebido como tal. Ela sugere que essa inscrição seja provisória, até que se avance nas políticas públicas. “Proponho que deixemos nossas certezas de lado e coloquemos esta questão em suspensão para construirmos juntos – poder público, associações de pais e amigos de autistas, ONG’s, universidade e seus pesquisadores, especialistas e outros segmentos sociais – uma resposta coletiva e séria, para esta questão”.

Antes mesmo da definição da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, alguns municípios já reconheceram a pessoa com autismo como pessoa com deficiência,

para fim de plena fruição dos direitos previstos pela legislação municipal. É o caso de Belo Horizonte, através da Lei nº 10.418/2012, publicada em março de 2012.

LINHA DE CUIDADOS

Diante dos diversos desafios no atendimento às pessoas com autismo, as organizações de familiares reivindicaram, junto ao Ministério da Saúde, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração de uma linha de cuidados do SUS (Sistema Único de Saúde). Convocado pelo Ministério em 2011, atualmente, o grupo é composto por representantes das universidades, organizações de familiares e serviços de atenção à saúde.

Bianca Lucindo, que integra o GT representando o Cersami Betim, explica que uma linha guia do Estado não poderia privilegiar nenhum tipo de intervenção, seja psicanalítica, cognitiva ou comportamental. “O cuidado que se teve durante toda a linha guia é mostrar que o principal é estabelecer um projeto terapêutico individual, entender aquele sujeito como sujeito em particular, que tem necessidades específicas”.

A previsão é de que o material esteja pronto para consulta pública no início de 2013, para que sejam encaminhadas sugestões e, a partir daí, o GT finalize os textos.

DESVIOS

Em setembro de 2012, o governo do estado de São Paulo divulgou o edital de Convocação Pública 001/2012 para credenciamento de instituições especializadas em atendimentos a pessoas com transtorno do espectro autista. Entretanto, o edital especificava a abordagem teórico-metodológica de entidades e perfis profissionais que poderiam concorrer, o que gerou o repúdio de diversas organizações.

O Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais entende que o edital desrespeita os princípios da autonomia profissional e da integralidade da prestação de serviços. O CRP-MG reafirma que o arcabouço teórico metodológico deve ser de livre escolha do profissional, bem como a utilização de métodos, estratégias e instrumentos que considere adequados para a efetivação dos cuidados requeridos pelas pessoas com transtorno do espectro autista.

Parcerias público-privadas trazem questionamentos para a saúde de Minas

Um debate vem ganhando destaque entre os envolvidos com a saúde pública no estado: a realização de parcerias público-privadas neste setor, conhecidas como PPP's. O controverso acordo entre Estado e iniciativa privada, com vistas ao desenvolvimento de infraestrutura e de serviços de interesse público, está sendo implementado em Belo Horizonte e Juiz de Fora. Em ambas, surgiu uma série de questionamentos, principalmente em relação ao que seriam ou não papéis indelegáveis do Estado, além da questão da presença de lucro em serviços essenciais para a população.

Segundo Renato Barros, diretor do Sind-Saúde/MG, nos dois municípios onde as iniciativas das PPP's foram instituídas, os movimentos sociais vêm se posicionando para impedir que elas avancem no restante do estado. "O setor privado visa ao lucro e isso é suficiente para sermos contra. Nós, trabalhadores da saúde, defendemos carreira e valorização profissional. Com as PPP's, o que existe é a ausência de estímulo, de qualificação e de investimento na força de trabalho", diz.

Para os movimentos sociais e trabalhadores da saúde que questionam este modelo, o que mais preocupa é o risco de precarização dos serviços, comprometendo usuários e trabalhadores do SUS. Marconi Fernandes, vice-presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais, afirma que a lógica de mercado só tem a prejudicar as relações. "A premissa da PPP é o investimento, por parte do governo, em instituições privadas, em detrimento do serviço público. Isso é inconstitucional", ressalta. Para ele, os profissionais da Psicologia – que, atualmente, apresentam uma crescente inserção no setor público – estariam sujeitos, assim como os demais profissionais da saúde, aos altos índices de rotatividade, reclamações trabalhistas e aos baixos salários, comuns na iniciativa privada.

PRIVATIZAÇÕES EM BELO HORIZONTE

Em julho de 2010, a prefeitura de Belo Horizonte assinou uma PPP para a reestruturação dos 147 centros de saúde da cidade, prevendo, inicialmente, que as empresas privadas fariam a reforma e a construção de novas Unidades Básicas de Saúde (UBS), além da readequação de mobiliário e equipamentos. O projeto foi aprovado pelo Conselho



Centro de Saúde, em Belo Horizonte, tem previsão de ser reconstruído através de parceria público-privada

Crédito: Livia Bacelete

Municipal de Saúde de Belo Horizonte (CMS), em março de 2011, sendo estabelecida uma resolução com diretrizes para sua realização. Porém, de lá para cá, entre alterações que feriam o acordo com o CMS e duas licitações desertas, o edital foi reestruturado.

Após a adequação, seu escopo foi diminuído. O novo edital, aprovado novamente pelo CMS em 18 de outubro de 2012, apresenta propostas para 61 unidades a serem reconstruídas e 19 novas UBS, além de uma Central de Esterilização e um Laboratório Único para a cidade. De acordo com o documento, uma única empresa será responsável pelas obras e prestação dos serviços de limpeza, segurança, portaria e pelo sistema de comunicação de problemas internos (*help desk*). Todos os projetos das UBS preveem espaço para uma equipe de saúde mental realizar atendimento e acompanhamento psicológico.

Segundo a coordenadora do Projeto PPP da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de BH, Denise Vianna, o objetivo é requalificar a infraestrutura das unidades, construindo, equipando e ampliando-as. "Nessa parceria, nós não incluímos nenhum serviço que já não seja terceirizado, estamos apenas centralizando todos num único contrato", fala. Ela explica que a empresa responsável será observada com avaliações diárias, mensais e anuais, por parte dos gestores, trabalhadores e usuários da saúde, sendo punida com descontos e multas, caso não atinja os indicadores esperados. Vianna não considera que a prefeitura esteja se desresponsabilizando de um papel que é seu, uma vez que o compromisso da administração municipal é garantir um serviço de qualidade, no qual haverá acompanhamento direto e constante da

Secretaria Municipal de Saúde.

A atual presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Ângela Moura, não acredita que as modificações tenham sido suficientes. "É preocupante o fato de que a empresa possa explorar os serviços de construção, manutenção, entrega de material esterilizado, limpeza e outros durante 20 anos, isso é muito tempo", destaca. De acordo com ela, também não é interessante que a empresa tenha prioridade para conseguir empréstimos em bancos públicos para realização das obras e receba tudo de volta com lucro, já que a mesma está sendo paga com dinheiro público. Segundo ela, seria melhor que a própria prefeitura recorresse diretamente ao banco, para eliminar esse "atrasador".

Esses e outros pontos ainda serão discutidos, como é o caso do que vai ser feito a respeito das 67 Unidades que foram retiradas do edital. "Nenhuma grande empresa vai fazer um acordo dessa magnitude se não for pra ter lucro, por isso, nós exigimos garantias", reivindica Ângela. Ela conta que foi montada uma Comissão Permanente da PPP no CMS de Belo Horizonte que acompanhará todo o processo. Entre as garantias que esta comissão já conseguiu assegurar, está o fato de que os trabalhadores das unidades deverão ser contratados por seleção pública, ainda que não haja concurso, e que não sejam submetidos a contratos precários. Outra garantia é a de que o contrato com a empresa pode ser revisto ou cancelado, caso não haja o cumprimento das ressalvas propostas pela comissão do Conselho e aprovadas pelas câmaras técnicas.

ARTIGO

Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade em Minas

As últimas décadas têm apresentado dados epidemiológicos que sinalizam o crescente número de transtornos mentais em nossa sociedade. Neste sentido, o Estudo Multi-cêntrico de Morbidade Psiquiátrica, realizado em 1997, nas cidades de Brasília, São Paulo e Porto Alegre, apontou uma alta incidência de transtornos mentais na população, sobretudo dos quadros depressivos. Na mesma direção, a pesquisa de Iacoponi (1989), constatou que metade dos pacientes atendidos em serviços de atenção primária de São Paulo apresentou quadros de depressão e ansiedade.

Diante destes e outros levantamentos, constitui-se um entendimento de que estamos vivenciando uma verdadeira epidemia de transtornos mentais, provocando, consequentemente, certo alarde social. Sem desconsiderar a presença e o aumento de situações de sofrimento psíquico em nossa sociedade, coloca-se como preocupação a definição de critérios utilizados na determinação de transtornos mentais, uma vez que, a cada dia, questões com as quais convivíamos sem maiores problemas, vêm sendo elevadas à condição patológica.

Uma análise histórica do Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM), organizado pela Associação de Psiquiatria Americana, evidencia esta situação. Em sua primeira versão, lançada em 1952, constavam 112 transtornos mentais, enquanto a quarta e última versão do Manual, editada em 1994, contemplou 374 transtornos. Seguindo esta tendência, a próxima edição do DSM, prevista para 2013, traz um salto ainda maior, especulando-se que contemplará mais de 500 novas patologias.

Neste universo, encontraremos a timidez considerada como Transtorno de Ansiedade Social; o uso excessivo da internet como Transtorno de Dependência da Internet; o estresse vivenciado no trânsito como Transtorno do Condutor; a indisciplina como Transtorno Desafiador e Opositor e, até mesmo, o luto comparará como Transtorno de Depressão Maior, exigindo de cada sujeito o prazo de 15 dias para se recuperar da perda de um ente querido. Em consonância com a tendência assumida pela psiquiatria biológica a partir da década de 80, em que a compreensão do transtorno mental passou a ser entendida como decor-

rência de um desequilíbrio químico no cérebro, estas novas patologias aparecem associadas sempre a uma medicação especificamente indicada.

Com o propósito de fazer frente a esse processo de patologização de questões sociais e ao consequente consumo excessivo de psicofármacos, foi constituído, em 2010, durante o I Seminário Internacional de Educação Medicalizada, o Fórum Nacional sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (FNMES). Contando com uma pluralidade de segmentos sociais, o FNMES é, atualmente, composto por mais de quarenta entidades, com destaque para universidades, conselhos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, entidades representativas dos farmacêuticos, sindicatos e conselhos de classe, dentre outros.

No âmbito internacional, o FNMES tem produzido diálogos com outros movimentos, como o Fórum Add Infancias, na Argentina (www.forumadd.com.ar), iniciado em 2007; o Fórum Pas de Conduite, na França (www.pasde0deconduite.org/) e o Movimento STOP DSM V (stopdsm.blogspot.com.br). Em âmbito nacional, o FNMES tem se organizado através de reuniões mensais, em São Paulo, além de desenvolver diversas ações, como debates, simpósios e intervenções políticas em relação a projetos de lei e à instituição do Dia Municipal Contra a Medicalização das Crianças nos municípios de São Paulo e Santos. Como forma de capilarizar suas ações, o Fórum Nacional tem provocado a constituição de Núcleos Regionais por todo o país.

Inserindo-se neste movimento, Minas Gerais iniciou suas discussões em março de 2012, a partir do Encontro de Coordenadores de Cursos de Psicologia do Estado. Promovido pelo Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais, este encontro teve a presença da psicóloga e representante do FNMES, Beatriz de Paula Souza. Com o apoio dos 62 presentes no encontro, tiveram início os movimentos de constituição do Núcleo Mineiro.

Considerando a extensão territorial do estado, o Núcleo Mineiro tem procurado, através de suas reuniões, provocar a descentralização de suas ações. Desta forma, diversas atividades foram desenvolvidas em 2012. Em Coronel Fabriciano, a parceria com as coordenações dos cursos de Psicologia e Pedagogia

da Unileste propiciou a realização do debate “Medicalização da Sociedade e da Educação”, que contou com a presença de aproximadamente 300 pessoas, no mês de outubro.

Em Governador Valadares, as discussões iniciaram-se em maio, durante as comemorações do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, momento em que uma das mesas contemplou o tema da medicalização. Ainda neste município o Núcleo Mineiro estabeleceu uma parceria com o grupo cultural Coletivo Território do Avesso e, através da atividade Cine Boca, proporcionou a exibição de filmes ligados a temas educacionais, que têm sido alvo de processo de medicalização. Exibidos às quintas-feiras do mês de outubro, esta atividade teve uma média de 50 espectadores, os quais participaram de rodas de conversas após cada filme.

Em Uberlândia, Uberaba e demais cidades da região, as ações desenvolvidas ao longo do ano levaram à constituição do Núcleo do Triângulo, no mês de outubro, que tem se reunido mensalmente na perspectiva de novas ações para 2013. Um pontapé inicial também foi dado em Juiz de Fora, onde foi realizado, em novembro, o debate “Medicalização da Educação e da Sociedade”, que teve a presença de aproximadamente 50 pessoas.

Com o propósito de dar continuidade a estes movimentos, o Núcleo Mineiro (NM), que já realizou duas reuniões em Belo Horizonte com a presença de psicólogos de municípios vizinhos, acena para a constituição de outros Núcleos pelo estado, assim como a realização de um Seminário Regional, previsto para o início de 2013. Desta forma, o Núcleo Mineiro vem contribuindo para a reflexão em torno do processo de medicalização que, a cada dia, tem transformado artificialmente questões sociais e culturais em problemas médicos, à revelia da complexidade que as envolve.

Nina Rosa Magnani (CRP-04/4685), Marcus Macedo da Silva (CRP-04/21019) e Maria de Fátima Lobo Boschi (CRP-04/3381) fazem parte do Núcleo Mineiro sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.

** Na página 8 desta edição, conheça os contatos do Núcleo Mineiro em sua região.*

ATUALIDADES

Ato Médico representa retrocesso em relação às conquistas da saúde

Como todas as demais categorias profissionais, a medicina precisa de uma regulamentação. Por isso, em dezembro de 2002, foi proposto no Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 268/2002, conhecido como Ato Médico. Com o objetivo de regulamentar o exercício da medicina no país, o Projeto, no entanto, é uma proposta que está na contramão dos avanços conquistados no atendimento multiprofissional à saúde.

Da forma como está escrito, o PL do Ato Médico promove uma reserva de mercado para os médicos, esvaziando as funções dos demais profissionais da saúde, como psicólogos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos. Um dos pontos mais questionados do PL é a determinação de que o diagnóstico de doenças e a determinação da prescrição terapêutica sejam privativos dos médicos.

Diante disso, o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG), junto ao Sistema Conselhos e a outros conselhos profissionais da saúde, durante dez anos vem lutando contra a proposta.

Em Minas Gerais, o CRP-MG integra a Frente Mineira em Defesa da Saúde, que vem participando ativamente da mobilização pela alteração do texto original.

Após dez anos de tramitação no Senado, em 2012 o PL do Ato Médico avançou em algumas instâncias para sua aprovação. No dia 12 de dezembro de 2012, o PL foi apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado, entretanto, por ser uma proposta controversa, teve pedido de vistas. Na sessão seguinte, por solicitação de três senadores, marcou-se uma audiência pública, na qual estariam presentes representantes do Ministério da Saúde e Educação. A audiência foi tensa, pois, em vários momentos, houve impedimentos à leitura de documentos, entre eles, uma recomendação contrária ao PL emitida pelo Conselho Nacional de Saúde. Na sequência, em encaminhamento intempestivo pela presidente da Sessão, o PL do Ato Médico foi colocado em apreciação e aprovado em votação nominal pela CE.

No último dia 19 de dezembro, o Ato Médico foi votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na ocasião, a relatora senadora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), ouviu gritos de protestos ao dizer que a proposta só foi fechada depois de consenso entre os



representantes das 14 profissões de saúde. Mesmo assim, o PL foi aprovado nesta Comissão. Entretanto, ao contrário do que propôs a relatora, o público contrário ao Projeto conseguiu que a votação em Plenário não fosse realizada de forma apressada no ano de 2012.

Em 2013, o Projeto de Lei do Ato Médico segue para apreciação do plenário, último passo antes da sanção presidencial. O momento é de mobilização dos profissionais de saúde de todo o país. É preciso que todos se conscientizem dos prejuízos que terão em suas vidas e profissões com a aprovação do texto atual. A partir de fevereiro, quando o Congresso retornar do recesso, manifeste seu repúdio à aprovação do PL do Ato Médico!

Regulação da publicidade infantil

Todos os dias uma explosão de propagandas de brinquedos e produtos infantis bombardeia o público brasileiro. Diversas organizações, entre elas, o Conselho Federal e Regional de Psicologia - Minas Gerais, entendem que o apelo mercadológico é extremamente prejudicial às crianças, uma vez que a publicidade utiliza da vulnerabilidade infantil para vender um produto. Essas organizações reivindicam que esse tipo de publicidade seja voltado aos pais e responsáveis, que possuem melhores condições de análise e discernimento.

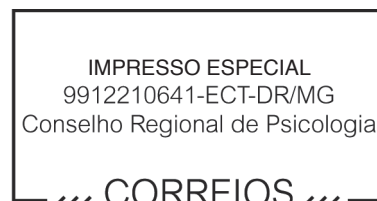
Com o intuito de pôr fim à comunicação mercadológica voltada ao público menor de 12 anos de idade, o deputado Luiz Carlos Haully (PSDB/PR) propôs, em dezembro de 2001, o Projeto de Lei (PL) 5.921/01. O PL proíbe a propaganda para a venda de produtos infantis, acrescentando um parágrafo ao artigo 37 da Lei 8.078/90, que

"dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências".

O Projeto de Lei já está em tramitação na Câmara há 11 anos e ainda não foi votado. Para o assessor jurídico do Instituto Alana, uma organização não governamental que trabalha pela defesa dos direitos infantis, Pedro Hartung, a votação da regulação da publicidade infantil acabará com a prática abusiva de direcionar a publicidade à criança. Ele explica que, caso o PL não seja votado até o dia 12 de dezembro deste ano, ele completará 12 anos de existência. "Isso significa que uma geração inteira de crianças que nasceu com o Projeto deixou de ser protegida, uma vez que, a partir dos 12 anos, elas já são consideradas adolescentes", diz.

Diante disso, com o objetivo de pedir maior celeridade no processo de votação do PL, o Instituto Alana realizou, no dia 12

de dezembro de 2012, em Brasília, um ato público pela regulação da publicidade infantil. Durante o ato, foi entregue aos parlamentares um pedido formal de urgência na tramitação do PL, que aguarda parecer na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.



**CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA DE
MINAS GERAIS**
Rua Timbiras, 1532, 6º andar
Lourdes - CEP: 30140-061
Belo Horizonte - Minas Gerais